



<b>ERRATA</b>	
<b>Tribunal Superior do Trabalho</b>	
<b>PREGÃO ELETRÔNICO N.º 067/2006</b>	
(Regido pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos 3.931/2001 e 5.450/2005, e subsidiariamente, pelas Leis 8.078/90, Lei 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações)	
Setor:	SRLCA – Serviço de Licitações e Contratos
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Registro de preços para eventual implantação da rede corporativa de longa distância da Justiça do Trabalho
<b>SESSÃO PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DE LANCES</b>	
Dia:	CONSULTAR O SÍTIO WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Hora:	CONSULTAR O SÍTIO WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Local:	COMPRASNET.GOV.BR
<b>LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL</b>	
Dia:	Segunda a sexta-feira
Hora:	Das 12h às 18h
Local:	SAF Sul, quadra 8, lote 1, Bloco A, 3º andar, sala 316, Sala de Licitações
CUSTO DO EDITAL IMPRESSO R\$ 0,15 por página	

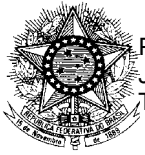
ACOMPANHE ESTA LICITAÇÃO E SEUS ATOS NA INTERNET, NOS SÍTIOS  
[www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

OBSERVAÇÃO: O PREGOEIRO INFORMA QUE OS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO REFERENTES A ESTE PROCEDIMENTO DEVEM SER ENCAMINHADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO VIA INTERNET, PARA O ENDEREÇO [CPL@TST.GOV.BR](mailto:CPL@TST.GOV.BR), CONFORME O ART. 19 DO DECRETO N.º 5.450/2005

## **RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET**

RETIRE O EDITAL GRATUITAMENTE ACESSANDO OS SÍTIOS

[www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)



## 1. Objeto da Errata

- 1.1. O pregoeiro informa que a cláusula de Reajuste e de Sanções passam a ter a seguinte redação:

15.1. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão na forma disciplinada no Decreto 3.931/2001.

15.2. Celebrado um contrato, os preços nele consignados serão reajustados, respeitada a periodicidade mínima de 1 ano, a contar da data da proposta ou do orçamento a que ela se refere, ou da data do último reajuste, desde que devidamente comprovada a variação dos custos deste contrato, limitada à variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou de outro índice que passe a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \cdot P, \text{ onde}$$

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês de reajuste;

I<sub>0</sub> = índice relativo ao mês de apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I<sub>0</sub> = índice relativo ao mês do último reajuste efetuado;

P = preço do serviço atualizado até o último reajuste efetuado.

15.2. O reajuste dispensa a anuência do Contratante, desde que a Contratada apresente suas faturas corrigidas na época oportuna e de acordo com o índice de correção previsto neste contrato.

15.3. No caso de a Contratada optar pela aplicação direta do reajuste, caberá aos agentes autorizados do Contratante, ao receber as faturas já corrigidas, conferir a exata incidência do percentual utilizado, para verificar se atendidos os pressupostos desta cláusula, especialmente quanto à precisão dos cálculos.

15.4. Na dúvida sobre o percentual de correção a ser aplicado, deve a Contratada, com a devida antecedência, informar-se com o Contratante.

15.5. Sob nenhuma hipótese ou alegação será concedido reajuste retroativo à data em que a Contratada legalmente faria jus, se ela não fizer o respectivo pedido de reajuste dentro do primeiro mês do aniversário deste contrato.

15.6. O valor e a data do reajuste serão informados no contrato mediante apostila.



20.1 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, as sanções administrativas aplicadas à Contratada serão:

20.1.1 Advertência;

20.1.2 Multa;

20.1.3 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;

20.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.2 O atraso no prazo previsto no item 6.1.1 do Anexo Técnico implicará multa correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia, calculada sobre o valor mensal do contrato.

20.3 O atraso no prazo previsto no item 6.1.1.5 do Anexo Técnico implicará multa correspondente a 0,5% (meio por cento) por dia, calculada sobre o valor mensal do contrato.

20.4 Caso ocorra reincidência da hipótese prevista no item 6.1.1.5 do Anexo Técnico, os dias utilizados pela contratada para nova correção do Projeto Executivo serão considerados atraso de prazo e sobre eles incidirá a multa prevista na subcláusula anterior.

20.5 Nas hipóteses mencionadas nas subcláusulas anteriores, os atrasos somados por período superior a 60 (sessenta) dias caracterizarão o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos itens 20.1.3 e 20.1.4, bem como implicará multa correspondente a 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total do contrato.

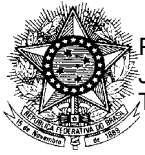
20.6 O atraso nos demais prazos previstos no item 6 (Implantação) do Anexo Técnico, excluindo-se as apresentações de relatórios, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do lote em atraso, para cada dia em atraso.

20.7 Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado, na implantação de 5 ou mais lotes, por período superior a 60 (sessenta) dias em cada lote, caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos itens 20.1.3 e 20.1.4, bem como implicará multa correspondente a 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total do contrato.

20.8 O atraso na apresentação dos relatórios previstos no Anexo Técnico implicará multa correspondente a 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor mensal do contrato, para cada relatório.

20.9 O atraso no prazo previsto no item 7.3 do Anexo Técnico (Critérios para a Aceitação Final) implicará multa correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia, calculada sobre o valor mensal do contrato.

20.10 Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 60 (sessenta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV, bem



como implicará multa correspondente a 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total do contrato.

20.11 O atraso injustificado nos prazos previstos no Indicador “Prazo de reparo/restabelecimento de um enlace”, constante no Caderno de Métricas do Anexo Técnico, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do circuito para cada hora em atraso.

20.12 O atraso injustificado no prazo previsto no Indicador “Prazo para mudança de configuração de roteadores”, constante no Caderno de Métricas do Anexo Técnico, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do circuito para cada hora em atraso.

20.13 O atraso injustificado no prazo previsto no Indicador “Prazo de restabelecimento da solução de Gerência de Rede e Serviços”, constante no Caderno de Métricas do Anexo Técnico, implicará multa correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) por hora, calculada sobre o valor mensal do contrato.

20.14 O atraso nos prazos previstos no Indicador “Prazo para Alteração da Taxa de Transmissão de um Enlace”, constante no Caderno de Métricas do Anexo Técnico, implicará multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor mensal do circuito para cada dia em atraso.

20.15 O atraso no prazo previsto no Indicador “Prazo de Atendimento a Novos Endereços (Ponto Novo ou Mudança de Endereço)”, constante no Caderno de Métricas do Anexo Técnico, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do circuito para cada dia em atraso.

20.16 O não atendimento aos limiares de qualidade definidos para o indicador “Taxa de erro de bit”, constante no Caderno de Métricas do Anexo Técnico, implicará penalidades à Contratada, nos seguintes moldes:

20.16.1 O não atendimento aos valores máximos de Taxa de erro de Bit (TxErr), ou o não atendimento ao prazo máximo para a aferição da taxa implicará pena de advertência;

20.16.2 Será realizada nova solicitação de aferição da taxa 24 horas após o recebimento dos resultados originais;

20.16.3 III – A repetição do não atendimento aos valores máximos de Taxa de erro de Bit (TxErr) ou a reincidência do não atendimento ao prazo máximo para a aferição da taxa implicará multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor mensal do circuito.

20.17 O não atendimento aos limiares de qualidade definidos para o indicador “Perda de Pacotes”, constante no Caderno de Métricas do Anexo Técnico, implicará penalidades à Contratada, nos seguintes moldes:

20.17.1 O não atendimento aos valores máximos de Taxa de Perda de Pacotes (TPP) ou o não atendimento ao prazo máximo para a aferição da taxa implicará pena de advertência;

20.17.2 Será realizada nova solicitação de aferição da taxa 24 horas após o recebimento dos resultados originais.



20.17.3 A repetição do não atendimento aos valores máximos de Taxa de Perda de Pacotes (TPP) ou a reincidência do não atendimento ao prazo máximo para a aferição da taxa implicará multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor mensal do circuito.

20.18 O não atendimento aos limiares de qualidade definidos para o indicador “Qualidade da Chamada de Voz Fim-a-Fim”, constante no Caderno de Métricas do Anexo Técnico, implicará penalidades à Contratada, nos seguintes moldes:

20.18.1 O não atendimento ao valor PESQ mínimo ou ao valor máximo de atraso fim-a-fim unidirecional ou o não atendimento ao prazo máximo para a aferição do indicador implicará pena de advertência;

20.18.2 Será realizada nova solicitação de aferição dos valores 48 horas após o recebimento dos resultados originais.

20.18.3 A repetição do não atendimento ao valor PESQ mínimo ou ao valor máximo de atraso fim-a-fim unidirecional ou a reincidência do não atendimento ao prazo máximo para a aferição do indicador implicará multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor mensal do circuito.

20.19 No caso do não atendimento injustificado a indicadores de qualidade de serviços de aferição mensal ou diária constantes no Caderno de Métricas do Anexo Técnico, serão efetuados descontos proporcionais na fatura mensal, mediante comunicação prévia à contratada.

20.19.1 Para o indicador “Disponibilidade do enlace”, cada 0,1% (um décimo por cento) abaixo do índice de disponibilidade mensal do enlace (IDM) mínimo, implicará desconto correspondente a 2% (dois por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito contratado.

20.19.2 Para o indicador “Disponibilidade do serviço de conectividade à Internet”, cada 0,01% (um centésimo por cento) abaixo do índice de disponibilidade do serviço de conectividade à Internet (ICM) mínimo, implicará desconto correspondente a 2% (dois por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito contratado.

20.19.3 Para o indicador “Disponibilidade do controlador de Chamadas”, cada 0,01% (um centésimo por cento) abaixo do índice de disponibilidade do controlador de chamadas (ICM) mínimo, implicará desconto correspondente a 2% (dois por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito contratado.

20.19.4 Para o indicador “Disponibilidade da solução de Gerência de Rede e Serviços”, cada 0,01% (um centésimo por cento) abaixo do índice de disponibilidade mensal da solução de gerenciamento (IDG) mínimo, implicará desconto correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento), calculado sobre o valor mensal contratado.

20.19.5 Para o indicador “Retardo da rede”, será considerado o relatório mensal com os valores apurados disponibilizado pela Contratada, onde cada aferição diária que apresente resultados abaixo dos limiares de qualidade, implicará desconto correspondente a 2% (dois por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito contratado.



20.20 As multas serão cumulativas dentro de cada mês e não excederão a 30% (trinta por cento) do valor mensal contratado, exceto as multas aplicadas aos casos de descumprimento total da obrigação.

20.21. O descumprimento do prazo de retirada da nota de empenho ou a recusa em aceitá-la implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou da nota de empenho e no impedimento para contratar com o TST por período de até 5 (cinco) anos, a critério da Administração do TST.

20.22. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

20.23. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do Decreto 5450/2005.

20.24. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.25. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

20.25.1. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 1 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

20.26. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

1.2. O pregoeiro informa que houve alteração nos Itens do Anexo Técnico da Rede da Justiça do Trabalho e estão abaixo relacionados:

- 1) 3.1.4.5 – Item alterado e renumerado para 6.2.
- 2) 3.3.8.4
- 3) 3.3.8.6
- 4) 3.5.5.4
- 5) 3.5.7.1
- 6) 3.5.7.3
- 7) 3.5.7.5



- 8) 3.6.3 r)
- 9) 3.8.2.3
- 10) 3.8.2.7
- 11) 3.8.2.11 (acrescentado)
- 12) 6.1.1.3 (incluído, aproveitando-se numeração anterior)
- 13) 6.1.1.4 (item 6.1.1.3 da versão anterior)
- 14) 6.1.1.5 (incluído)
- 15) 6.1.4
- 16) 6.2 (item 3.1.4.5 da versão anterior, com alterações)
- 17) 6.3 (item 6.2 da versão anterior)
- 18) 6.4 (item 6.3 da versão anterior)
- 19) 8 (Caderno de Métricas)
- 19.1. Indicador Retardo da Rede, descritor “Limiar de Qualidade”
- 19.2. Indicador Qualidade da Chamada de Voz Fim-a-Fim, descritor “Descrição do Indicador”
- 19.3. Indicador Qualidade da Chamada de Voz Fim-a-Fim, descritor “Limiar de Qualidade”;
- 19.4. Indicador Prazo Para Mudança de Configuração de Roteadores, descritor “Descrição do Indicador”.
- 1.3. O Pregoeiro informa que o Anexo Técnico do edital da Licitação, o Anexo 3 Instruções para elaboração das planilhas de custos e formação de preços e o Anexo IV Planilha de custos e Formação de preços atualizados encontram-se no endereço: <http://www.tst.gov.br> ou [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 1.4. Ficam mantidas as demais condições.
- 1.5. A reunião de Abertura fica adiada para o dia 6 (seis) de dezembro de 2006 às 10 horas.
- 1.6. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos junto à Serviço de Licitações e Contratos, exclusivamente através do endereço eletrônico [cpl@tst.gov.br](mailto:cpl@tst.gov.br).
- 1.7. Esta licitação poderá ser acompanhada através dos sítios [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), locais onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Brasília, 23/11/2006.

---

FABIANO DE ANDRADE LIMA  
Pregoeiro